

Sérgio Guerra é primeiro depoente que consegue recuperar sua imagem

Parlamentares de todos os partidos saíram ontem, senão convencidos da inocência do deputado Sérgio Guerra (PSB-PE), pelo menos com muitas dúvidas sobre sua possível participação no esquema de corrupção da Comissão Mista de Orçamento. Pela primeira vez um depoente da CPI dá máfia do Orçamento admitiu que existia um esquema de corrupção na Comissão Mista de Orçamento, embora não houvesse identificado quem o comandava. Os membros da CPI foram surpreendidos com uma inédita boa vontade de Guerra em responder a todas as perguntas, com segurança, jogando por terra os indícios que poderiam ligá-lo ao esquema de propina das empreiteiras. No final do depoimento, o relator Roberto Magalhães (PFL-



PE) mostrou-se satisfeito com as explicações dadas e dispensou a inquirição final, por não ter mais o que perguntar ou documentos a apresentar.

"Durante o depoimento, vários parlamentares fizeram questão de dizer que ele foi o mais objetivo, que não fugiu às respostas. Como tinha respondido tudo, não tinha mais o que perguntar", explicou Magalhães.

Correções — Ao final de cinco horas de inquirição, a única dúvida que ficou foi em relação a um fax apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que poderia provar a interferência de Sérgio Guerra na modificação do Orçamento de 1991, um mês depois de sua aprovação pelo Congresso Nacional. O ex-relator parcial do DNER para o Orçamento do mesmo ano argumentou que o fax mostrava um bilhete pedindo correções de erros de redação.

Pela clareza e informações prestadas sobre as tradicionais práticas que marcam a elaboração do Orçamento, Sérgio Guerra recebeu elogios de parlamentares da esquerda, do relator Roberto Magalhães e do presidente da

CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA).

Os dois únicos documentos levantados pelas quatro subcomissões da CPI foram bilhetes de Sérgio Guerra e seu ex-assessor Paulo Eugênio Souza encaminhados ao economista José Carlos Alves dos Santos pedindo para que fizesse alterações de texto no relatório final do Orçamento de 1991. Praticamente toda a inquirição foi baseada nesses bilhetes.

"Essas modificações de texto, especialmente as que se referem a Pernambuco, já foram solicitadas antes. Peço-lhe atenção especial para elas. Obrigado pela ajuda", diz Sérgio Guerra no bilhete encaminhado a José Carlos, sem data. As modificações referiam-se a alteração de emendas aprovadas para "restauração" de algumas estradas, para que passassem para "construção" dos mesmos trechos.

"Era para correção de erro. Havia aprovado as emendas para restauração, mas na verdade as emendas de origem eram para construção das rodovias. Os códigos saíram trocados e precisavam ser corrigidos", justificou Guerra.